



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Saúde

Junta de Recursos - SES-MG

Parecer nº 1/SES/JRECURSOS/2023

PROCESSO Nº 1320.01.0051971/2021-80

JUNTA DE RECURSOS DE AUDITORIA ASSISTENCIAL

ASSUNTO: Análise de Recurso Administrativo

AUDITADO: Sistema Municipal de Saúde/Hospital Ana Nery

MUNICÍPIO: Juiz de Fora

NMAA: Sudeste

URS: Juiz de Fora

SEI: 1320.01.0051971/2021-80

ATIVIDADE SISAUD: 660

RECORRENTE: Hospital Ana Nery (Pessoa Jurídica), representado pelo Diretor Presidente, **Sr. L.M.M.A.**

RELATÓRIO

Trata-se de auditoria assistencial realizada pelas Assessorias Regionais de Auditoria Assistencial (ARAS) de Belo Horizonte, Ponte Nova e Juiz de Fora, no Sistema Municipal de Saúde de Juiz de Fora, tendo como unidade visitada o Hospital Ana Nery.

A auditoria em questão teve como objetivo verificar as ações e serviços prestados ao usuário do SUS, bem como a adequação financeira e assistencial prestada em relação às ações no enfrentamento da COVID-19.

Referida demanda ocorreu no período compreendido entre de 19 a 23/07/2021 e originou os Ofícios de notificação SES/AUDSUS nº 382, 383, 384, 385, 386, 387 e 388, direcionados às pessoas físicas e jurídicas diretamente envolvidas, em virtude da seguinte constatação não conforme, seguida de penalidade, imposta nos termos da Resolução SES-MG nº 2.906, de 24 de agosto de 2011:

Constatação nº 636753 - O Hospital não realizou prestação de contas conforme previsto nas legislações e no Termo de Metas 1772/7295/2020.

Penalidade de Advertência Escrita

PARECER

O Recorrente, Hospital Ana Nery, representado pelo seu Diretor Presidente, **Sr. L.M.M.A.**, em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº 383/2022 apresentou recurso administrativo, por meio do Ofício nº 045/2022, objetivando justificar a constatação não conforme.

Conhecemos do recurso pela tempestividade e legitimidade do Recorrente.

Extrai-se do Relatório Final de Auditoria a seguinte evidência:

“O Hospital não apresentou a prestação de contas inserida e validada no Sistema informatizado disponibilizado pela SESMG, considerando o ano fiscal de referência, dos recursos recebidos no dia 17/12/2020, da Resolução SES/MG nº 7.295/2020, cuja execução se iniciou a partir do dia 22/12/2020. Em declaração, o Hospital informou que as demonstrações contábeis são preparadas de acordo com as práticas contábeis praticadas no Brasil e que essas demonstrações são objeto de auditoria externa realizada por empresa devidamente registrada.

No entanto, não atende a legislação específica pertinente.”

Assim se manifestou o Recorrente em relação a não conformidade supracitada:

“(...) Quanto à Constatação n. 636753, há que se esclarecer que houve atraso na inserção das informações no site SEI, mas que aproveitou-se a oportunidade para realizar a apresentação das contas.

Ainda, há que se esclarecer que a instituição nunca havia trabalhado recebendo recursos do Estado, haja vista que a origem dos repasses SUS de custeio da Instituição provém de fonte federal, cujo repasse ao Hospital é feito pela Secretaria Municipal de Saúde.

De toda forma, destaca-se que, não obstante os esclarecimentos acima realizados, de forma alguma houve prejuízo ao Poder Público, tendo sido, ao final, todos os valores destinados à prestação de serviços assistenciais de saúde ao SUS, mais especificamente ao enfrentamento da pandemia causada pelo COVID-19, motivo pelo qual esta penalidade merece ser afastada.(...)”

O Decreto Estadual nº 45.468 de 13/09/2010, que dispõe sobre as normas de transferência, controle e avaliação das contas de recursos financeiros repassados pelo Fundo Estadual de Saúde, contém as seguintes disposições:

(...)

Art. 18. Os recursos utilizados por meio dos Termos de Metas deverão ser individualizados e segregados nas demonstrações contábeis das entidades envolvidas, de acordo com as normas do Conselho Federal de Contabilidade para entidades sem fins lucrativos.

(...)

Art. 24. O processo digital de acompanhamento, controle e avaliação será composto, além das informações digitais fornecidas pela rede mundial de computadores, dos seguintes documentos:

I - relatório de execução financeira e física do termo, assinado digitalmente pelo representante legal da instituição;

II - demonstrativo financeiro da receita e despesa, evidenciando saldo anterior porventura existente, recursos recebidos, rendimentos auferidos em aplicações no mercado financeiro, e saldo ao final do termo;

III - parecer da Comissão de Avaliação referendando o processo;

IV - restituição de saldo do recurso ou de rendimentos auferidos em aplicações financeiras não utilizados na consecução da finalidade ou objeto pactuado; e

V - termo por meio do qual o ente federado ou entidade será obrigado a manter os documentos relacionados ao Termo de Metas ou de compromisso conforme dispõe o § 2º do art. 21.

Parágrafo único. As informações prestadas serão de inteira responsabilidade de seus declarantes, estando sujeitos às penalidades administrativas, civis e criminais quando constada a sua falsidade ou inverdade.

A Resolução SES/MG nº 4.606/2014, de 17/12/2014, que dispõe sobre as normas gerais do processo de prestação de contas dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Estadual de Saúde - FES nos termos do Decreto Estadual nº 45.468/2010, estabeleceu:

(...)

Art. 3º Para cada Termo de Compromisso ou Termo de Metas celebrado com os Beneficiários será elaborado um processo anual de prestação de contas, a ser apresentado nos termos estabelecidos nesta Resolução.

(...)

§2º Estão obrigados a prestar contas os Beneficiários que receberem recursos públicos repassados pelo FES, devendo ser observado, para tanto, o ano fiscal de referência do processo de prestação de contas; ou os Beneficiários que possuem saldos remanescentes de repasses anteriores ao ano fiscal apurado.

(...)

Art. 4º A Prestação de Contas via GEICOM deverá ser realizada anualmente pelo Beneficiário, de forma declaratória, por meio do preenchimento de formulário digital.

§1º O formulário a que se refere o caput deste artigo deverá ser disponibilizado pelo Gestor de Programa até o 5º (quinto) dia útil do mês de janeiro do ano subsequente.

§2º A Superintendência de Planejamento e Finanças da Secretaria de Estado de Saúde – SPF/SES/MG ficará responsável por monitorar o prazo previsto no § 1º deste artigo.

§3º Caso não haja o cumprimento do prazo estabelecido no § 1º deste artigo, a Diretoria de Prestação de Contas da SPF/SES/MG deverá notificar o Gestor de Programa, que terá 5 (cinco) dias úteis para a liberação do citado formulário no sistema, bem como apresentar as justificativas pelo não cumprimento do prazo.

§4º O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste artigo, sem justificativa adequada, resultará em perda de pontos para a equipe responsável pelo Programa no acordo de resultados.

Art. 5º O Beneficiário terá 60 (sessenta) dias para preencher e assinar o formulário digital da Prestação de Contas via GEICOM, contados a partir de sua liberação no sistema.

§1º O Beneficiário deverá preencher e assinar as seguintes informações relacionadas ao Processo de Prestação de Contas:

I - relatório de execução financeira e física do termo;

II - demonstrativo financeiro da receita e despesa, evidenciando saldo anterior porventura existente, recursos recebidos, rendimentos auferidos em aplicações no mercado financeiro, e saldo ao final do termo; e

III - restituição de saldo do recurso ou de rendimentos auferidos em aplicações financeiras não utilizados na consecução da finalidade ou objeto pactuado.

§2º A Prestação de Contas via GEICOM deverá ser assinada digitalmente pelo representante legal do Beneficiário.

Dispõe a Resolução SES/MG nº 7.295, de 13/11/2020, que autorizou a distribuição de recursos financeiros destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus – COVID 19, no mês de novembro de 2020:

“Art. 2º – Estão aptos ao recebimento do recurso financeiro de que trata esta Resolução os estabelecimentos relacionados nos Anexos II, III e IV, cujos leitos tenham sido mantidos em funcionamento, conforme grade hospitalar GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE 4 aprovada na Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.256, de 29 de outubro de 2020, para o tratamento dos casos da COVID-19. § 1º – Para fins de cálculo do incentivo, foi considerado o número de leitos novos mantidos em funcionamento no mês de novembro de 2020.

(...)

Art. 9º – Os procedimentos para a verificação da adequada execução financeira observarão o disposto no Decreto Estadual nº 45.468/2010, e na Resolução SES/MG nº 4.606, de 17 de dezembro de 2014, ou em Regulamento(s) que vier(em) a substituí-lo(s). Parágrafo único – Os beneficiários deverão inserir e validar os dados referentes à prestação de contas no Sistema informatizado disponibilizado pela SES/MG, nos termos dos normativos vigentes.

A Resolução acima, foi alterada pela nº 7.348/2020, no seguinte sentido:

“RESOLUÇÃO SES/MG Nº 7348, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2020 Altera a Resolução SES/MG nº 7.295, de 13 de novembro de 2020, que autoriza a distribuição de recursos financeiros destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus – COVID 19, previstos em Portarias Ministeriais, a título de incentivo emergencial e temporário pela manutenção em atividade de leitos UTI SRAG COVID-19, no mês de novembro de 2020, e dá outras providências.

Art. 1º – Alterar o art. 2º da Resolução SES/MG n.º 7.295, de 13 de novembro de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º – Estão aptos ao recebimento do recurso financeiro de que trata esta Resolução os estabelecimentos relacionados nos Anexos II, III e IV, cujos leitos tenham sido mantidos em funcionamento, conforme atualizações da grade hospitalar do Plano de Contingência para enfrentamento da pandemia de COVID-19, causada pelo agente novo Coronavírus, no Estado de Minas Gerais, aprovadas em Deliberação CIBSUS/MG. (...) § 3º – O incentivo aprovado por esta Resolução é estimado e baseado nas habilitações vigentes até 07/12/2020, cujo valor é passível de ajuste conforme situação dos leitos no momento de assinatura do instrumento de repasse.”(nr)

Analisando os documentos constantes no SEI 1320.01.0051978/2021-85 – Doc. 32027602, verificou-se cópia do memorando nº 011/2021 SPCC/DOFIC/SSAF/SS de 1/7/2021, da Secretaria Municipal de Saúde de Juiz de fora, direcionado a Auditoria Assistencial/SES.

Por meio do referido documento foi informando que não havia sido habilitada solicitação de prestação de contas de recursos do COVID-19 por não ter havido repasses da SES-MG no período de março de 2020 a maio de 2021, para a unidade auditada (Hospital Ana Nery).

No mesmo SEI constam o acompanhamento pela SMS da execução do contrato 01.2021.002 celebrado com o hospital em tela– Doc. 32150987, 32151111, 32151206, 32151221, 32151619.

Pois bem, atendendo solicitação desta Junta de Recursos, a Diretoria de Processamento e Monitoramento dos Recursos de Média e Alta Complexidade apresentou manifestação de onde se extrai:

“pelo relatório emitido pelo SIGRES conseguimos ver as resoluções que o HOSPITAL ANA NERY prestou contas e a data de assinatura dessas.

Encaminho tabela abaixo com esses dados, e também uma segunda tabela que demonstra as resoluções e recursos COVID transferidos para o Hospital Ana Nery, bem como os dados de pagamento.

PRESTAÇÃO DE CONTAS					
SES/MG nº	Resolução	Status de Assinatura	Período de Referência	Período de preenchimento	Data de Assinatura pelo Hospital Ana Nery
	7265	Assinado	02/01/2020 à 31/12/2020	08/01/2021 à 09/03/2021	2022-03-09 06:52:09.807
	<u>7295</u>	<u>Retificação</u> <u>Assinada</u>	<u>02/01/2020</u> <u>à 31/12/2020</u>	<u>08/01/2021</u> <u>à 09/03/2021</u>	<u>2022-03-09</u> <u>14:59:48.787</u>
	<u>7295</u>	<u>Assinado</u>	<u>01/01/2021</u> <u>à 31/12/2021</u>	<u>25/01/2022</u> <u>à 25/03/2022</u>	<u>2022-03-09</u> <u>14:38:17.543</u>
	7384	Assinado	02/01/2021 à 31/12/2021	10/01/2022 à 10/03/2022	2022-03-09 11:06:36.993
	7396	Assinado	02/01/2021 à 31/12/2021	10/01/2022 à 10/03/2022	2022-03-09 12:25:07.883
	7446	Assinado	02/01/2021 à 31/12/2021	10/01/2022 à 10/03/2022	2022-03-09 14:18:33.007
	7482	Assinado	02/01/2021 à 31/12/2021	10/01/2022 à 10/03/2022	2022-03-09 12:56:45.22
	7595	Assinado	02/01/2021 à 31/12/2021	10/01/2022 à 10/03/2022	2022-03-09 13:11:59.893
	7683	Assinado	02/01/2021 à 31/12/2021	10/01/2022 à 10/03/2022	2022-03-09 13:37:30.09
	7770	Assinado	02/01/2021 à 31/12/2021	10/01/2022 à 10/03/2022	2022-03-09 13:53:32.92

“grifo nosso”

(...)

Destaco ainda que, para realizar a prestação de contas referente aos recursos repassados para o combate ao COVID, o sistema GEICOM gerou um formulário de prestação de contas para cada uma das Resolução SES/MG, não considerando que diversas resoluções compõem um único termo e nem que o recurso de diferentes resoluções foram depositados em uma única conta corrente.

Sendo impraticável e dispensável a fragmentação dos valores recebido em conta por resolução, bem como seus rendimentos e despesas executadas, orientamos as regionais, para que elas repassassem aos beneficiários, que no ato de declaração do demonstrativo financeiro no GEICOM, considerasse o valor total recebido em conta corrente por Termo de Compromisso ou Metas e seus aditivos. E ainda que esta declaração se repita em todas as prestações de contas das Resoluções que se referem ao mesmo termo, de tal forma que nenhuma da Prestação de Contas não fica pendente no sistema.

Já a Diretoria de Prestação de Contas nos encaminhou documentação contendo o conteúdo da respectiva prestação de contas.

Pois bem,

Em que pese o Decreto nº 45.468 estabelecer que os recursos utilizados por meio de termo de metas devam ser individualizados e segregados para fins de demonstrações contábeis, a área gestora da política em comento afirma ser impraticável a fragmentação dos valores recebidos por Resolução.

Assim sendo, deverá ser considerado o valor total recebido em conta a partir dos termos de compromissos ou metas. Nesse sentido a Resolução SES/MG nº 4.606/2014, dispôs que Prestação de Contas via GEICOM deverá ser realizada anualmente pelo Beneficiário, de forma declaratória, por meio do preenchimento de formulário digital.

Como verificado a entidade auditada, fez o preenchimento da prestação de contas, tanto do período de referência 2020 quanto 2021, cujo conteúdo seguirá em anexo.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, consideramos que os requisitos de admissibilidade do Recurso Administrativo foram atendidos e que as justificativas apresentadas, corroboradas com as informações provenientes das áreas técnicas diretamente envolvidas, mostraram-se aptas para afastar a irregularidade identificada pela equipe de auditoria.

Desse modo, entendemos pelo conhecimento do recurso, dando-lhe provimento, para cancelar a penalidade aplicada.

Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2023

Andréa Faria de Magalhães
MEMBRO – SES

Rosimary de Araújo Rios Alves
MEMBRO – SES

Tiago Bernardino da Costa
MEMBRO – SES

- 1 - Ciente.
- 2 - De acordo.
- 3 - Submeto o presente expediente à apreciação/homologação da Sra. Chefe de Gabinete, em atendimento a Resolução/SES 2906/2011.

Ludércio José de Matos
COORDENADOR DA JUNTA DE RECURSOS/SES

